



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade.

Sub-Eixo: Ênfase em Gênero.

REFLEXÕES SOBRE ALIMENTAÇÃO COMO PENDÊNCIA DO MOVIMENTO FEMINISTA

Jéssica Fernandes Federici¹
Irenilda Angela dos Santos²
Taynara Morais Humbelino³

Resumo: Este artigo apresenta questões pertinentes à organização e mobilização das diversas formas de ação coletiva das mulheres. Compreende-se a alimentação como parte do trabalho de cuidados ou, ainda, “trabalho considerado feminino”. Entretanto, como essas correlações ocorrem no campo dos movimentos feministas é pouco discutido, por isso a intenção do trabalho é colaborar com o debate.

Palavras-chave: movimento feminista; alimentação; direito das mulheres.

Abstract: This article presents questions pertinent to the organization and mobilization of the various forms of collective action of women. It is understood as feeding as part of the care worker, “work considered female”. However, as these correlation occur in the field of feminist movements is little discussed, so the intention of the work is to collaborate with the debate.

Keywords: feminist movement; food; women's rights.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi elaborado a partir de estudos acerca dos movimentos sociais, movimento feminista e de mulheres e alimentação, enquanto uma questão que compete também às ciências humanas e sociais. Reconhecendo a diversidade da produção sobre os movimentos e suas diferentes correntes teóricas, compreendendo impasses com o campo marxista e a complexidade de pensar as relações e distanciamentos do debate da luta de classes, aglutinando o movimento operário, e do debate contemporâneo de problemas de igual valor, como o racismo e o sexismo, reunindo o campo dos movimentos identitários, caracterizados como “novos movimentos sociais”.

Para alguns autores esses novos movimentos descortinam novos atores sociais ao tempo de não consubstanciam um outro projeto de sociedade. Há ainda aqueles que observam este movimento contemporâneo como anti-sistêmico dada suas demandas frente à organização social. Neste ínterim, o movimento feminista não se isenta das contradições e

¹ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal de Mato Grosso, E-mail: asjessicafederici@gmail.com.

² Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal de Mato Grosso, E-mail: asjessicafederici@gmail.com.

³ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal de Mato Grosso, E-mail: asjessicafederici@gmail.com.

do movimento histórico, atuando cada vez mais em determinadas frentes, ao tempo em que algumas questões não são tocadas como deveriam.

Falar sobre o trabalho reprodutivo, “considerado feminino” ou trabalho do cuidado, é falar de toda uma série de atividades tradicionalmente delegadas a mulher como habilidade inata. Dentro destes trabalhos está o da alimentação, que tem ainda mais atenuantes, dado o valor culturalmente relacionado ao corpo das mulheres. Assim, a produção da alimentação é fragmentada de forma a aparecer nos debates de forma desconexa.

É preciso discutir como o tema permeia os movimentos, ademais, como estão elaborando estratégias agregar demandas tão grandes – mulheres do campo, alimentação saudável, indústria agroalimentar, processos de saúde/doença, distribuição do trabalho reprodutivo nos lares, conflitos geracionais, etc.

Assim, apesar das limitações aparentes, o texto lança mão de questões que precisam ser debatidas no movimento feminista, envolvendo os atores e movimentos sociais diversos, além de reocupar espaços de correlação de forças políticas, expressando as potencialidades das mulheres neste âmbito.

ALGUMAS QUESTÕES RECENTES AO MOVIMENTO FEMINISTA

Atualmente é possível observar o esvaziamento político do movimento feminista, afastando o caráter de ação coletiva em si próprio. Muito controverso, o termo “empoderamento” foi sutilmente substituindo o feminismo em discussões sobre os direitos das mulheres, seja no meio acadêmico ou em movimentos sociais e até mesmo apoiado pela mídia. Tal feito significou uma percepção individual sobre identidade e direitos.

Contudo, cotidianamente surgem novos movimentos feministas, muitas vezes segmentado por identidades (jovens, negras, lésbicas, trans, etc), vale ressaltar que,

No Brasil, a trajetória histórica do feminismo e dos movimentos de mulheres se confundiram significativamente. Houve e há um encontro entre esses Movimentos no sentido da identificação nas suas pautas, ainda que um movimento ou outro de mulheres possa distorcer as bandeiras feministas. (CISNE, 2014, p.129)

Nota-se a afirmativa a partir de movimentos que organizados com o propósito de conquista e garantia de direitos para as mulheres negam a identidade feminista, ao mesmo tempo há movimento marcadamente “de mulheres” que defende todo mote contra a opressão e emancipatório do feminismo.

Esse processo não é recente, datam das décadas de 1980 e 1990, onde os movimentos sociais passaram por grandiosas transformações, inclusive a despeito de sua autonomia e institucionalização. Neste período, segundo Cisne (2014, p.148) “muitas feministas então, passaram a ser especialistas profissionais em “gênero”, deixando a

formação política e a mobilização de mulheres de lado como meio de reivindicação e organização”.

É o período em que alguns movimentos acabam por se tornar Organizações Não Governamentais (ONGs),

Esse fato implica, como decorrência, um significativo prejuízo à autonomia mediante relações de dependência/subordinação, travestidas no discurso de “parceria”. Além disso, com a competição entre essas ONGs na disputa pelos investimentos, fragmenta-se a luta das mulheres. (CISNE, 2014, p.145)

Este processo desencadeia a perda de articulação entre movimentos feministas e movimentos de mulheres, também é possível notar a negação dos papéis atribuídos às mulheres cada vez mais intensa, o que envolve percepções de que o trabalho do cuidado tem uma marca única, a qual desvaloriza a mulher que o exerce. Porém não se resolve ao certo a quem compete a corresponsabilidade do trabalho vez que, em muitos casos, uma mulher que se nega-se realizá-lo o impele a uma outra mulher, seja via de contrato de trabalho ou outra residente, o que também acarreta conflitos geracionais.

Para Falquet (2008, p.128), trata-se também de uma “desfamiliarização das tarefas de reprodução social”, a autora irá tratar das questões acerca da migração e como essa tem implicações sexistas, para ela há clara transformação das relações sociais de sexo com a ascensão do neoliberalismo, o que implica em diversas interpretações e rebatimentos das novas conjunturas,

“A reorganização da divisão do trabalho provocada pela globalização neoliberal, e mais particularmente, do “trabalho considerado feminino”, que, simultaneamente, modifica as relações de sexo, de “raça” e de classe. A globalização com certeza não é algo radicalmente novo: sua raiz está na longa história do capitalismo, da escravidão, da colonização-descolonização e das mutações dos sistemas patriarcais. Entretanto, ela produz profundas transformações. Os discursos otimistas, de legitimação desta globalização, falam de extensão da democracia, de “participação”, de igualdade e de prosperidade crescente para todas e todos. As análises críticas, empíricas, enfatizam mais o fosso vertiginoso das desigualdades e da exploração de sexo, de classe, de “raça” e Norte-Sul”. (FALQUET, p.123)

A autora traz ainda que essas diferenças causa um entendimento de algumas mulheres são privilegiadas por não serem tais migrantes/executoras, ao falar do trabalho reprodutivo, ela correlaciona três trabalhos que são muitas vezes discutidos de forma apartada e a eles denomina “trabalho considerado feminino”,

“Reconhecendo a existência de um verdadeiro continuum entre essas três formas de trabalho: o trabalho de manutenção (doméstica e/ou comunitária), o trabalho sexual e o trabalho de produção/cuidado dos filhos. (...)Proponho denominar este continuum de trabalho, remunerado ou não, de “trabalho considerado feminino”. Este constitui a maior parte do “trabalho desvalorizado” que Balibar e Wallerstein colocavam como principais executores a população imigrante. (FALQUET, 2008, p.130)

Este “trabalho considerado feminino”, também é abordado como “trabalho do cuidado”, vez que sua materialidade é o cuidado para manutenção e reprodução da vida. De acordo com Esteve (2017, p.93) “esse trabalho invisibilizado é o que, definitivamente,

sustenta o lucro do capital”, assim elucidamos que aos movimentos feministas esse debate tem ficado aquém de sua potencialidade política, dado alguns apontamentos anteriores.

Para tal é preciso pensar qual feminismo os movimentos estão se propondo a construir, como eles contemplam as mulheres envolvidas, como estas se organizando interiormente, como as diferenças são avaliadas e quais providências são tomadas. Destarte é necessário vislumbrar como este feminismo se conecta a outras reivindicações estruturais, qual projeto societário defende e como implementa ações para defendê-lo. Assim,

A construção, portanto, de um feminismo que incorpore as particularidades das mulheres, sem cair na fragmentação de suas “identidades”, mas articulando-as em torno de um projeto societário radicalmente emancipatório, segue sendo um grandioso desafio. Para superá-lo, é importante perceber que “a vitalidade dos movimentos é um fator crucial para os processos de transformação social”. (CISNE, 2014, p.250)

Tais indagações não são lineares em sua materialidade, assim é importante destacar que ocorreram mudanças significativas no interior dos movimentos sociais no tocante à participação das mulheres, mas muitas vezes se encontram dificuldades negligenciadas para que essas possam exercer em igualdade seu papel dentro dos mesmos.

É preciso ter espaços de auto-organização das mulheres, pois estas precisam além de reconhecer-se sem as atribuições patriarcais, reconhecer-se nas e as outras mulheres e também espaços mistos onde os homens possam ter uma outra formação no que concerne as relações sociais de sexo. Deste modo,

A presença da mulher nos movimentos sociais subverte uma ordem material e ideológica que distribui, por meio da história, lugares/espços e atribui qualidades e aptidões de forma hierarquizada para homens e mulheres. Para tanto, é importante inverter a “imagem” de mulher assentada nos papéis patriarcais. Por isso, a participação das mulheres nos movimentos sociais não pode ser um prolongamento da sua atividade reprodutiva. (...) Processo que deve ser assegurado por meio da formação política, das lutas e ações concretas na militância política e na vida como cotidiana um todo. (CISNE, 2014, p.257)

Como exemplo breve, também envolvendo a questão que trataremos a seguir, um movimento que se destaca é o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) consolidado em 2004, o movimento destaca a busca pela organização das mulheres desde a década de 1980, com diferentes iniciativas que aglutinavam mulheres de diversos movimentos como Movimento dos trabalhadores sem terra (MST), Movimento dos atingidos por barragens (MAB) e Comissão pastoral da terra (CPT).

Elas se designam “mulheres camponesas: agricultoras, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, bóias-frias, diaristas, parceiras, extrativistas, quebradeiras de coco, pescadoras artesanais, sem terra, assentadas... Mulheres índias, negras, descendentes de

européus. Somos a soma da diversidade do nosso país. Pertencemos à classe trabalhadora, lutamos pela causa feminista e pela transformação da sociedade.”⁴

Apreende-se que ao se denominar movimento de mulheres há uma concordância maior para aglutinar mulheres tão diversas, ao mesmo tempo em que não há uma negação do feminismo e este se revela no ideal de um projeto de emancipação. Segundo o MMC “constituir um movimento nacional das mulheres camponesas se justifica a partir da certeza de que ‘a libertação da mulher é obra da própria mulher, fruto da organização e da luta’”.

Ressaltamos a magnitude em questão, e apesar de não nos prolongarmos em sua história, elucidamos o primeiro propósito que traz para a existência do MMC: “porque queremos continuar no campo, produzindo alimentos, preservando a vida, as espécies e a natureza, desenvolvendo experiências de um Projeto popular para a agricultura, através: da agroecologia, da preservação da biodiversidade, do uso das plantas medicinais, da recuperação das sementes como patrimônio dos povos a serviço da humanidade, da alimentação saudável como soberania das nações, da diversificação da produção, da valorização do trabalho das mulheres camponesas.”

Portanto, este trabalho não exclui os movimentos de mulheres que tratam acerca da alimentação, mas fomenta a necessidade que o debate se amplie, envolvendo os mais diversos movimentos.

POR FALAR EM ALIMENTAÇÃO...

O fim da Segunda Guerra Mundial foi certamente um marco da transformação do ato de se alimentar, entre tantos problemas gerados desta tragédia, um deles era destinar os alimentos enlatados até então usados neste contexto crítico, aos poucos esses alimentos vão ganhando espaço diante das refeições tradicionais, aflorando-se como um mercado promissor.

Para solucionar questões mais contundentes é neste mesmo tempo que surge a Food and Agriculture Organization (FAO) em 1943 nos Estados Unidos, num encontro entre 44 países. Em 1945, a FAO tornou-se parte da Organização das Nações Unidas (ONU) como Órgão das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação.

Outro fator, a “revolução verde” foi motriz da mudança na produção de alimentos, suas ferramentas foram adaptando-se, tendo como fruto, por exemplo, o agronegócio.

⁴Todas as informações sobre o MMC foram retiradas do site do movimento. Disponível em: <http://www.mmcbrazil.com.br/site>. Acessado em 05/01/2018

“A introdução em larga escala, a partir da década de 1950, em muitos países do mundo, inclusive no Brasil, de variedades modernas de alta produtividade foi denominada Revolução Verde. Esse ciclo de inovações, cujo objetivo foi intensificar a oferta de alimentos, iniciou-se com os avanços tecnológicos do pós-guerra, com um programa de valorização do aumento da produtividade agrícola por meio de uma tecnologia de controle da natureza de base científico-industrial, a fim de solucionar a fome no mundo, visto que na época se considerava a pobreza, e principalmente a fome, como um problema de produção. Com base nessa lógica, a Revolução Verde foi concebida como um pacote tecnológico – insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, grandes extensões de terra – conjugado ao difusionismo tecnológico, bem como a uma base ideológica de valorização do progresso”. (CALDART[org.], 2012, p.687)

Entre outros pleitos, essas questões mudaram inteiramente a forma como nos relacionamos com a alimentação e tudo que a envolve, evidenciando um distanciamento humano em relação aos alimentos. Esse estranhamento ora provocado pelo capital, ora como forma de protesto a ele, oculta a ruptura espacial e temporal dos povos com a alimentação.

O discurso da produção de alimentos em nome do fim da fome, ganhou diversos adeptos, passado o tempo é notório que o propósito do capital não era este. Assim, nunca se produziu tanto alimento, nunca houve um número tão grande de pessoas doentes em decorrência da alimentação desregulada, acarretando o fato de que mesmo produzindo o suficiente para alimentar a população mundial, a fome ainda é um problema crônico que mata milhões de pessoas por ano.

Para Esteve (2017, p.79) “agricultura e alimentação são áreas onde as mulheres tradicionalmente desempenham um papel fundamental”. Destarte, muito do que podemos chamar de “problemas alimentares”, é sistemicamente direcionado à competência e responsabilidade das mulheres, talvez um dos motivos pelo qual esse assunto é preterido nos movimentos feministas, além do que a alimentação bem como as identidades são cada vez mais incentivadas a individualidade, assim além de não reconhecer a questão como coletiva, imputa a cada indivíduo sua culpabilidade diante de problemas estruturais, vez que teríamos liberdade para escolher com o que nos alimentamos. Entretanto,

“apesar desse papel crucial na agricultura e na alimentação, as mulheres são invisíveis neste modelo agrícola, e são as mais afetadas pela fome. Especificamente, estima-se que 60% da fome crônica do mundo afeta mulheres e meninas. Isto ocorre porque, em muitos casos, elas não têm acesso à terra, máquinas, crédito agrícola, formação e à tomada de decisões. Vemos como o modelo agroalimentar não é determinado apenas pela lógica de um sistema capitalista, que antepõe interesses particulares às necessidades coletivas, mas também pela lógica de um sistema patriarcal que invisibiliza, desvaloriza e subordina o trabalho das mulheres”. (ESTEVE, 2017, p.80)

Portanto, todo processo de produção da alimentação deve ser observado como um campo de disputa política, que envolve interesses e projetos societários conflitantes. Reconhecemos a importância dos movimentos sociais que pautam tais questões, destacando no Brasil o MST. Porém, é necessário ampliar o debate dentro dos movimentos, ainda que não como um de seus pontos centrais, mas na observância que o trabalho do

cuidado, a produção/ reprodução dos alimentos não é um tema menor ou de caráter particular, e sim compete a todas e todos. De igual modo,

Frente a este modelo agroalimentar incapaz de atender às necessidades das pessoas, que não respeita o ecossistema e é especialmente injusto para as mulheres, se coloca o paradigma alternativo da soberania alimentar. Uma proposta que necessariamente tem que ser feminista, se quer significar uma alternativa real. Porque, sem igualdade de gênero no acesso à terra, às sementes, ao crédito agrícola, às máquinas, à formação e à tomada de decisões, que soberania alimentar vamos ter? Sem visualizar ou valorizar o trabalho das mulheres no campo, que soberania alimentar vamos construir? (ESTEVE, 2017, p.83-84)

A propriedade privada da terra é onde se oriunda a desigualdade, frente aos ataques cada vez mais intensificados do capital ao campesinato, o pequeno agricultor e outras formas de resistência no campo, observamos o campo como espaço obsoleto e a alimentação massificada e esvaziada de seus atributos sociais, culturais e históricos. Cria-se um senso de que

A alimentação, o cozinhar em casa, as compras de comida, as pequenas hortas para o autoconsumo fazem parte desses trabalhos de cuidados, que não são valorizados ou vistos, mas que são essenciais. Talvez por isso não apreciamos o que, o como ou quem produz o que comemos: pensamos que quanto menos gastarmos em comida, melhor; acreditamos que cozinhar é perder tempo; optamos por comida fast food, “boa-bonita-barata” e rápida; associamos ser camponês a “ser da aldeia” e ignorante. Nossos cuidados, aparentemente, não importam. E acabamos delegando ao mercado, que, ao final, faz negócio com esses direitos. (ESTEVE, 2017, p.93)

Ocorre que há dezenas de anos as mulheres acabam por absorver propagandas com tom de liberação feminina que as oferece novas formas de consumo, a fim de destituí-las da responsabilidade do trabalho dos cuidados. Porém,

Por tradição, as mulheres sempre assumiram a maior parte das tarefas relativas à alimentação dentro de casa, de modo que defender o costume de cozinhar implicaria automaticamente defender esses papéis. No entanto, a essa altura já deveria ser possível defender a importância de cozinhar sem reforçar a divisão tradicional do trabalho doméstico. (POLLAN, 2014, p. 176)

Quando defendemos a participação dos movimentos feministas e/ou de mulheres como movimentos por uma outra alimentação não estamos discursando sobre uma retomada dos papéis conservadores de gênero, mas da importância política que as mulheres estejam a frente de questões caras em seu cotidiano. Positivamente, é perceptível um número cada vez maior de ações coletivas que vão ao encontro dessa problemática,

Vemos novas experiências de trabalho no campo – na agricultura e na pecuária – dirigidas por mulheres, tendo os princípios da soberania alimentar e da agroecologia como um estandarte. Ao mesmo tempo, se multiplicam as iniciativas que propõe, nas cidades um outro modelo de consumo, com uma relação direta e solidária com o produtor, como são as cooperativas e grupos de consumo agroecológicos, nos quais as mulheres, mais uma vez, têm um papel primordial. E não nos esqueçamos dos projetos de hortas urbanas e das propostas contra o desperdício de alimentos, que ganharam peso nos últimos anos com a participação muito ativa de mulheres. Além da necessária coordenação entre estas experiências, que apostam em outra forma de produzir, distribuir e consumir alimentos, é imprescindível um olhar e uma reflexão feminista. (ESTEVE, 2017, p.91)

Todo esse trabalho pode ser opressivo, mas também pode ser um espaço revolucionário de criação e organização através da alimentação. Para Esteves (2017, p.91) “comemos muitas vezes como autômatos e, como tal, nem reconhecemos o que ingerimos, nem quem põe o prato na mesa. A alimentação nos lares continua, com frequência, sendo território feminino.” É preciso cultivar as potencialidades que podem se originar neste território.

Outrossim, “terá a nossa cultura desvalorizado o trabalho relativo aos alimentos porque ele é frustrante por natureza ou porque foi tradicionalmente considerado uma tarefa de mulher?” (POLLAN, 2014, p.179) Cabe também questionar se o afastamento das mulheres engajadas em alguns movimentos dessas atividades é relativo ao conceito que elas têm de que executa o trabalho do cuidado. E, será que realmente mudamos o cenário e os atores quando pensamos no trabalho reprodutivo?

Ainda dentro dos movimentos sociais, como explicita Falquet (2006), estariam as mulheres fadadas a pagar a conta da resistência? Experimentando locais de submissão dentro de espaços antisistêmicos mistos ou destinadas a uma permanente desmobilização dada a fragmentação identitária dos movimentos atuais?

No que concerne a alimentação, notamos que há muito mais reflexões a serem feitas, é preciso repensar a relação dos movimentos do campo e da cidade; a importância dos movimentos da saúde que aparentemente mais institucionalizados têm colaborado para barrar alguns avanços do capital frente nosso adoecimento; os movimentos ambientalistas que denunciam a imensa responsabilidade da atual forma de produção agroalimentar como causadora das catástrofes cada vez mais aceleradas, entre outras considerações pertinentes.

Este trabalho convida a novas reflexões sobre as abordagens aqui enunciadas. Para que possamos pensar em um outro projeto societário, com a vida em centralidade, com respeito a biodiversidade é preciso envolver ainda mais mulheres organizadas para a discussão, com o feminismo pautando o tema, aparentemente resolvido, para novas formas de ação. Porquanto esses impasses perdurarem, estaremos submergindo, como alerta Esteves (2017, p.94) “a agricultura industrial capitalista avança gerando fome, descampesinação, alterações climáticas etc, a partir do abuso indiscriminado desses bens. Alguns ganham, a maioria perde”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que as mulheres produzem as condições de produção de toda humanidade, o que perpassa a alimentação. Desta forma, para além da divisão do trabalho dos cuidados, é preciso repensar o campo político e suas possibilidades em torno deste âmbito. De forma a debater o equivocado caráter único de tais atividades e o desprezo e desvalor com o qual muitas vezes observamos essas tarefas, até mesmo produzindo juízos sobre as mulheres, que apreciam-nas como sujeitas alienadas.

Conforme Esteve (2017, p.94) é uma questão de centralidade sobre a vida, enaltecer o trabalho do cuidado sem valores morais ou naturalizá-lo feminino, trata-se de “valorizar essas tarefas como imprescindíveis, reconhecer aqueles que a exercem e dar-lhes o lugar que merecem. E, finalmente, compartilhá-las, ser corresponsáveis. A vida e o sustento são responsabilidade de todas e todos. A comida, também”.

Isso significa que aos movimentos sociais, e ao feminista em particular, caberá também repensar sua forma de organização, observando não apenas o lugar que cabe às mulheres, mas como é estabelecida a execução do trabalho do cuidado em seu interior. Seja em manifestações, encontros ou outros espaços, o quê, como e quem tem elaborado esse trabalho e qual seu sentido político.

Também necessário observar qual projeto societário está sendo construído, porquanto alguns movimentos creem na possibilidade de alterarem o âmago capitalista sem destruí-lo, consideramos que é preciso outro modo de organização social para a superação das diversas formas de exploração e opressão vivenciadas no capitalismo, assim:

Para nós, feminismo e socialismo, possuem, ao fim e ao cabo, a mesma aspiração, qual seja, a construção de um novo sistema de relações humanas pautadas na liberdade e na igualdade substantivas entre todos os sujeitos sociais. Um sistema no qual a exploração e todos os tipos de opressão sejam apenas marcas de um passado que nos sirva de referência apenas para não mais reproduzirmos qualquer relação que remeta a ele. (CISNE, 2014, p.128)

Isto posto, consideramos que as mulheres são fundamentais aos movimentos sociais, bem como às novas formas de pensar o modo de produção agroalimentar, destituindo o caráter subalterno do trabalho reprodutivo. Cabe aos movimentos feministas alocarem o tema em suas discussões, no intuito de apreender as experiências dos movimentos já atuantes, respeitando e transformando as atribuições das mulheres nestes espaços.

REFERÊNCIAS

ESTEVE, Esther Vivas. *O negócio da comida: quem controla nossa alimentação?* 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular. 2017.

CISNE, Mirla. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez. 2014.

POLLAN, Michael. *Cozinhar: uma história natural da transformação*. Tradução: Cláudio Figueiredo. Rio de Janeiro: Intrínseca. 2014.

FALQUET, Jules. *Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal*. In: Revista Mediações, v.13, p. 121-142. 2008.

_____. Três questões ao movimentos sociais “progressistas”: contribuições da teoria feminista à análise dos movimentos sociais. In: Revista Lutas & Resistências, v.1, p.212-225. 2006.